

Empresários pressionarão PMDB para fixar indenização para demitidos

ROBERTO LOPES
Enviado especial a Brasília

Caso o PMDB não faça uma clara e imediata demonstração de empenho pela aprovação, no plenário do Congresso constituinte, de uma emenda que remeta a questão da estabilidade no emprego a um exame do Congresso no ano que vem, os empresários vão pressionar os peemedebistas para que, além dessa emenda, fique consagrado na futura Constituição o princípio da "indenização nos termos da lei" —que garante a possibilidade dos trabalhadores serem demitidos, ainda que, para isso, os patrões tenham que gastar mais.

Foi isso que o senador Albano Franco (PMDB-SE), 46, de centro-direita (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no Caderno "Os Eleitos"), que é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), comunicou ontem ao líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, de centro-esquerda. O encontro foi às 18h30, no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, a pedido do presidente da CNI. Adiar a definição do que seja estabilidade no emprego para 88 —onde ela seria estabelecida através da chamada legislação ordinária— era o que estava previsto no primeiro substitutivo apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral —um anteprojeto que ficou conhecido como "Cabral 1".

Franco disse a Cardoso que o que os empresários querem mesmo "é o direito de demitir, ainda que pagando um pouco mais, e isso vai encontrar resistências dentro do PMDB". É por isso que o presidente da CNI acredita que a melhor solução seria o disposto sobre o assunto no "Cabral 1". Ontem Albano Franco adiantou para a Folha que os estudos técnicos a cargo de sua assessoria na Confederação Nacional da Indústria devem apontar para esta solução, como a menos polêmica, e é ela que o senador vai apresentar ao presidente da Fiesp, Mário Amato, hoje, na sessão de instalação do conselho consultivo da União Brasileira dos Empresários (UBE). Albano Franco não terá uma tarefa fácil. A Folha apurou junto a técnicos da Fiesp que estão em Brasília desde o início da semana, que Albano Franco vem sendo considerado extremamente conciliante e hesitante diante da cúpula do PMDB.

Em conversas reservadas, o presidente da CNI vem assegurando que



O senador Albano Franco (PMDB-SE)

os empresários só se mostram irredutíveis contra dois dispositivos do substitutivo ora em votação na Comissão de Sistematização da Constituinte: o que se refere a estabilidade no emprego, e o referente ao que ele chama de "imprescritibilidade", isto é, a possibilidade dos trabalhadores levantarem na Justiça antigas questões trabalhistas. Isso também não tem agradado ao técnicos da Fiesp que aguardavam, para a noite de ontem ainda, a chegada de Amato a Brasília.

Na verdade, em seus contatos com dirigentes peemedebistas, Albano

Franco tem dito que tanto a questão das 44 horas semanais de trabalho, como a licença para gestante de 120 dias, como o pagamento de 100% das horas extras são suportáveis para os empresários. "Isso é o custo que os empresários vão ter que suportar", confirmou o presidente da CNI ontem para a Folha, "e a verdade é que as empresas não vão fechar por causa disso. Só na questão da extensão da licença para as gestantes é que eu acredito que vá haver uma consequência imediata: alguns empresários vão relutar mais em contratar mulheres, e isso eu já avisei à cúpula do meu partido".

Empresários instalam entidade para fortalecer "lobby" na Constituinte

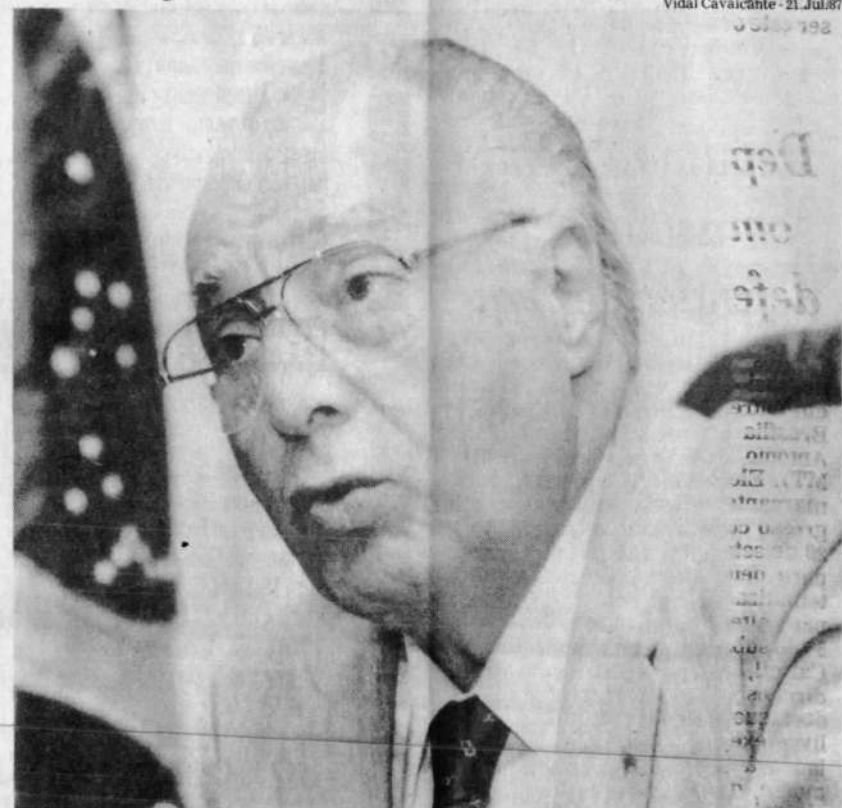
Da Sucursal de Brasília

A garantia de estabilidade no emprego, pagamento de hora extra em dobro e jornada trabalho de 44 horas semanais, temas aprovados pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, são os principais motivos que levam a União Brasileira de Empresários (UBE) a instalar hoje, na Confederação Nacional do Comércio (CNC), às 17h, o seu recém-criado conselho consultivo, composto por 72 empresários. A UBE, criada em junho do ano passado, tem em sua diretoria os presidentes da CNC, Antônio Oliveira Santos; da Confederação Nacional das Indústrias, senador Albano Franco (PMDB-SE); Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Bornhausen; Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amauri Temporal; Confederação Nacional dos Transportes Terrestres, Camilo Cola; e Confederação Nacional da Agricultura, Fábio Meireles.

Em nome dos conselheiros, falará o diretor-superintendente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes. Ele fará uma dura crítica ao trabalho dos parlamentares na elaboração da nova Carta e pedirá mais realismo no Congresso constituinte. Entendem os empresários que as questões trabalhistas aprovadas pela Comissão de Sistematização não são temas de Constituição, mas sim da legislação ordinária.

Os empresários são contra a fixação de dispositivos constitucionais que atrelem os rumos da economia ao Estado. Eles querem que a futura Carta assegure o direito de propriedade e a liberdade de o indivíduo empreender no mercado livre. Isto significa que o governo não poderá tabelar preços, intervir no mercado através das empresas estatais e não deverá importar produtos para forçar a baixa de preços no mercado interno.

Além da UBE, os empresários são também representados pela Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI), que une todas as assessorias parlamentares do empresariado urbano e rural, articulando o "lobby" constituinte. A FNLI uniformizará as propostas a serem levadas aos parlamentares. Isto acontecerá após um estudo dos dispositivos aprovados na Comissão de Sistematização e das emendas apresentadas. Com este estudo, as entidades empresariais elaborarão uma proposta alternativa, que será defendida pelos parlamen-



O empresário Mário Amato (na foto, em julho passado), presidente da Fiesp

Paulo Cerciarri - 14.Ago.87



O deputado Afif Domingos (PL-SP)

tares afinados com suas teses. Haverá uma troca de apoio entre empresários urbanos e rurais.

Entre outros empresários que integram o conselho consultivo da UBE estão o ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel, Ângelo Calmon de Sá (Banco Econômico),



Ronaldo Caiado, presidente da UDR

Mário Amato (Fiesp); Emílio Odebrecht (Construtora Norberto Odebrecht), José Mindlin (Metal Leve); Lázaro de Melo Brandão (Bradesco), Sérgio Quintela (Montreal Empreendimentos); Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho (Cobrasma S/A); e Abram Szajman (Federação do Comércio do Estado de São Paulo).